

Multidão?! autocomunicação e movimentos sociais em rede¹

Suelen de Aguiar Silva²
Universidade Metodista de São Paulo

Resumo

Pesquisa teórica sobre os movimentos sociais a partir da análise das redes de autocomunicação e da categoria teórica multidão. O objetivo geral é discutir os aspectos constituintes dos movimentos sociais, abordar os novos modos e atuais configurações a partir da internet, tendo como pano de fundo a comunicação autônoma. Parte dos resultados obtidos na pesquisa é que independente dos alvos que perseguem, os movimentos sociais, formam uma multidão (Hardt; Negri, 2014) que contribuem para a produção biopolítica na sociedade quando investem seu trabalho, ou seja, a sua força criativa e criadora para produzir comunicação, relações sociais e cooperação, formando novas redes de poder no espaço híbrido da internet.

Palavras chave: movimentos sociais; redes, comunicação; multidão.

Introdução

Nas últimas décadas o estudo sobre as organizações da sociedade civil, em especial, dos Movimentos Sociais, tem sido preconizado por diversos agentes sociais no mundo e na América Latina. Diversas abordagens teóricas, correntes, paradigmas podem ser encontradas. Além de categorias analíticas para tentar explicar, enquadrar, categorizar os movimentos, muitas depreendem das próprias análises empíricas, enquanto outras, permanecem mais no campo das representações, ou, daquilo que se observa a partir de referenciais teóricos para a composição de novas teorias. Outrossim, o que parece ser comum entre as correntes e autores das mais variadas áreas é de que movimento, como o próprio nome diz, carrega o peso da história e de suas constantes transformações.

Movimento Social, a nosso ver, é ação coletiva (PERUZZO, 2004; GARRETÓN, 2006; GOHN, 2012), força mobilizadora que agita pessoas, discursos, instituições, dispositivos (Foucault, 2006)³ e conforma identidades e singularidades. Para Maria da Glória Gohn (2012, p.14) um Movimento Social “é

¹ Trabalho apresentado na XII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã - O direito à comunicação na luta por uma cidadania ativa, realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, em Juiz de Fora, Minas Gerais, de 25 a 27 de outubro de 2017.

² Publicitária e doutoranda do curso de pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo - SP, e-mail: susuguiar@yahoo.com.br

³ O conceito de dispositivo em Foucault (2006, p.244-245) diz respeito a um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações, enunciados científicos etc. O dispositivo é a rede que pode ser estabelecida entre esses elementos.

sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural”, ou seja, ele se configura a partir de um conflito social e de uma ação coletiva. Em outras palavras, é a opressão de um grupo sobre outro que pode se manifestar em termos políticos, econômicos, ideológicos, etc. Quando um grupo possui objetivos comuns a serem alcançados e passam a desenvolver ações conjuntas para a realização desses objetivos, podem se transformar em Movimentos Sociais que surgem para tentar modificar a realidade, negando a atual e afirmando uma nova realidade.

O espaço de luta dos Movimentos Sociais brasileiros é a própria sociedade civil (PERUZZO, 2004), marcado por um histórico de injustiças, pela insatisfação no campo econômico, político e social. Em um contexto caracterizado desde o embate político à construção da cidadania, os Movimentos Sociais brasileiros, independente de suas categorias conceituais e filiações, como já mencionamos, se movem e se comunicam.

Gohn (2012, p.14) faz um apanhado sobre os traços constituintes de um Movimento Social e aponta os seguintes aspectos: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados, bases, lideranças e assessorias, formando redes de mobilizações; práticas comunicativas, desde a oralidade aos modernos recursos tecnológicos; visões de mundo que dão suporte a suas demandas e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações. Esses aspectos mencionados serão importantes para orientar o mapeamento e o nosso olhar sobre as práticas comunicacionais dos Movimentos Sociais na internet.

O Movimento Social, em sua forma clássica de interpretação no debate teórico, se caracteriza quando existe a consciência de um oprimido na sociedade que reconhece o seu opressor. Mas o conflito só vai se instaurar se houver uma percepção por parte desse grupo oprimido, que passa a apresentar uma insatisfação na sociedade. No entanto, a sociedade brasileira está sempre em mudança cujas origens podem ser encontradas na contradição e na diversidade. Tal dinâmica ajuda a compreender a emergência de novos movimentos coletivos na sociedade civil (PERUZZO, 2004, p.29-30), como veremos mais adiante.

Segundo Montaño e Duriguetto faz-se necessário traçar duas distinções para conceituar Movimentos sociais (2011, p. 264). A primeira é sobre movimento e mobilização sociais. Por sua vez, Movimento Social caracteriza uma organização com relativo grau de formalidade e estabilidade e que não se encerra a uma dada atividade ou mesmo mobilização. Já mobilização social diz respeito a uma atividade que se esgota em si mesma quando concluída. No entanto, mobilização pode ser uma das ferramentas de luta dos Movimentos Sociais e também pode vir a se tornar um Movimento Social. A segunda distinção é sobre Movimento Social e ONG (organização não governamental). Elas não são organizações da mesma natureza, (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 264) e este é um equívoco que ocorre comumente. Se por um lado, o Movimento Social é conformado pelos próprios sujeitos e suas

demandas, por outro, as ONGs são constituídas por agentes voluntários e ou remunerados, que se mobilizam a partir das demandas e reivindicações alheias.

Os Movimentos Sociais também podem ser interpretados como formas de organização social, cultural e política que constroem e organizam os seus territórios, simbólicos, a partir de uma nova concepção de territorialidade que ultrapassa a noção tomada de empréstimo da geografia. O território (SODRÉ, 2012) hoje é dinâmico, é o espaço afetado pela ação humana, portanto, é exatamente onde a vida acontece. Para Gohn (2012, p.44) território passa a se articular com a questão de direitos e das disputas por bens econômicos, pelo pertencimento e pelas raízes culturais de povo, por exemplo. A noção de território também pode ser pensada a partir dos espaços de fluxos na internet (CASTELLS, 2003, p.170), ou seja, uma nova forma de espaço que não é desprovido de lugar, mas sim descentralizado.

A partir da constituição como Movimento Social, sua razão de existir e de seu “lugar”, busca-se mecanismos para a resolução de suas demandas, tentando transformar suas causas em ações práticas na sociedade. Como já mencionado o conflito social em conjunto com uma ação coletiva configura o movimento social, que pode ter caráter transformador (Coluna Prestes), conservador (União Democrática Ruralista - UDR), tradicional (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST) ou novo (na visão de alguns autores, o movimento ecológico, por exemplo, e para outros autores todos os movimentos novos em sua estrutura de base).

Segundo Peruzzo (2004, p.40) parte do debate teórico sobre Movimentos Sociais não reflete a prática concreta dos Movimentos, pois na verdade, eles passam por momentos diferenciados ao longo da história: mobilização, organização, articulação e parcerias. Na atualidade, por exemplo, além da emergência de temas globais, surgem as ações comunitárias e também as políticas públicas impulsionadas pelas organizações não governamentais (ONGs) e pelo próprio diálogo com os Movimentos Sociais. Haja vista que outras organizações e instituições como as comunidades eclesiais de base, pastorais, ONGs etc não são consideradas Movimentos Sociais, no entanto, são animadoras de grupos sociais populares, sindicais, dos Movimentos Sociais de forma geral.

Notadamente parte da literatura sobre os Movimentos Sociais na América Latina destaca que eles constroem sujeitos sociopolíticos (GOHN, 2012, p. 120). Em sua historiografia, e em sua prática cotidiana, muitas alterações ocorreram, desde a reconfiguração do sujeito político, militante, em ativista ou mais recentemente, manifestante. No entanto, são sujeitos sociopolíticos em sua essência, pois mesmo que não haja uma consciência política latente, existe o desejo pela mudança, seja de ordem estrutural ou não.

De acordo com Gohn (2013) nas décadas de 1970 e 1980 o debate teórico sobre os Movimentos Sociais os apresenta enquanto forças propulsoras capazes de realizar transformações sociais. A partir da década de 1990 os Movimentos Sociais, inclusive, os populares, tornaram-se mais culturais e menos

políticos, devido às alterações de suas práticas cotidianas e em detrimento da nova conjuntura econômica, política e cultural da época.

Segundo Gohn (2012, p. 121) novas teorias surgiram, com recortes construídos a partir de eixos mais humanísticos, “destacando as práticas solidárias, a capacidade dos movimentos de colocar o ser humano no centro do universo e não no mercado, ou a luta pelo poder, o desejo de consumo e os novos parâmetros da felicidade no mundo moderno etc”. Outro ponto que merece destaque é reconfiguração da identidade “militante” para “ativista social”, em alguns casos.

Com a chegada dos anos 2000 as práticas cotidianas dos Movimentos giram em torno da manutenção de suas identidades e de novas lutas, também globais. Outro ponto importante é a chegada da internet, promovendo inicialmente, uma releitura da relação verticalizada entre emissor e receptor. Inclusive do plano econômico, já que o Brasil começa a sofrer às consequências da crise europeia de 2008.

A utilização da internet e das tecnologias de informação e comunicação aumenta significativamente com os protestos ocorridos no Brasil em 2013, desencadeado pelo Movimento Passe Livre (MPL) para a reorganização de suas lutas e demandas (GOHN, 2014).

No entanto, um fator que vai perpassar quase 40 décadas na teoria e prática concreta dos Movimentos Sociais é a sua relação com o trabalho. Montãno e Duriguetto (2011, p.127) apontam a questão da luta de classes, em sua centralidade, não por serem mais importantes que outras lutas tais como as identitárias, étnicas, de gênero etc. Mas no sentido de que tais lutas não são caracterizadas pelo sistema que comanda o capital, pois o capitalismo pode “se perpetuar mesmo resolvendo a discriminação racial, de orientação sexual, de gênero”. Daí, recorreremos a Hardt e Negri (2014) quando pensam o trabalho unívoco de potencialidade humana criativa, discorrido mais adiante.

Todos os Movimentos Sociais são importantes e desempenham um papel na sociedade civil, mas pensá-los a partir da perspectiva do trabalho é ter um olhar que busca as condições de possibilidades do próprio surgimento de cada Movimento Social em sua historicidade no Brasil, como veremos posteriormente. Antes de abordarmos a categoria teórica multidão, faremos uma explanação sobre redes de subjetivação e autocomunicação energizadas pela internet.

Redes de subjetivação e autocomunicação energizadas pela internet

O conceito de redes sociais é complexo e amplo. A formação de redes é uma prática humana muito antiga em virtude da necessidade de interação social e compartilhamento com o outro. Dentre as categorias teóricas utilizadas nos estudos atuais sobre os Movimentos Sociais apontadas por Gohn (2013) destaca-se a categoria rede. Para a autora (2013, p.32) rede social passa a ter, na atualidade, para vários pesquisadores, um papel mais importante do que o movimento social. Destaca, inclusive, o trabalho de

Castells (GOHN, 2013, p.34) ao tratar a sociedade globalizada como uma rede, bem como a construção de estruturas sociais advindas nesse processo.

Na perspectiva da comunicação, Manuel Castells (2013, p.11) diz que a mudança basilar neste âmbito, ocorrida nos últimos anos, está no que ele denominou de autocomunicação, “o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital”. A partir de sua linha de raciocínio podemos considerar as redes sociais digitais como espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas, que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder.

A partir da segurança promovida pelo ciberespaço, multidões passaram a ocupar o espaço público para reivindicar seu direito de fazer história, segundo Castells (2013, p.10) numa “manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais”. Ele define a comunicação como o processo de compartilhar significado pela troca de informações. Castells (2013, p.11) afirma que “a constituição de redes é operada pelo ato da comunicação”. Reitera ainda que a principal fonte da produção social de significado é o processo de comunicação socializada. Essa é parte das premissas de Castells, de que as pessoas, instituições, a sociedade em geral transforma a tecnologia, apropriando-a, modificando-a, experimentando-a, como é o caso da internet que, para o sociólogo, é uma tecnologia de comunicação.

Conforme Castells (2013), a territorialidade física e simbólica dos movimentos sociais na sociedade é formada pelo espaço híbrido, entre o espaço urbano ocupado e as redes sociais digitais na internet. A questão é que nesse novo espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano forma-se um espaço de comunicação autônoma. E autonomia é a quintessência dos movimentos sociais, “ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder, sobre o poder da comunicação” (CASTELLS, 2013, p.16).

Uma questão importante para esse entendimento é, segundo o sociólogo, “quando, como e por que uma pessoa ou uma centena de pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que foram repetidamente aconselhadas a não fazer porque seriam punidas” (CASTELLS, 2013, p.17). Em síntese, o entendimento de como esses indivíduos se formam em rede, primeiro mentalmente, de uns quererem se conectar aos outros, por que são capazes de fazê-lo, num processo de comunicação que, em última instância, leva à ação coletiva, é imprescindível.

Contudo, Castells (2013, p.17) diz que a questão premente é que os movimentos sociais são a chave para a mudança social, para a constituição da sociedade. E para ele, muito mais do que categorizar movimentos sociais e questionar seu nascimento é preciso compreender o conjunto de causas estruturais e motivos individuais que os move. Os movimentos sociais são constituídos de indivíduos, de suas emoções, de seus anseios, de sua subjetividade, de sua autonomia, acrescentamos especialmente, as singularidades de cada indivíduo.

Raquel Recuero (2009) compartilha com Andreas Hyussen (2004, p.36) a ideia de que as redes existem muito antes da chegada da internet. Entretanto, Recuero (2009, p.135) afirma que uma das primeiras mudanças detectadas pela comunicação mediada pelo computador nas relações sociais é a transformação da noção de localidade geográfica dessas relações sociais, embora, assim como Hyussen (2004), aponta que a internet não foi a única responsável por essas transformações.

Por outro lado, Castells (2003) indica a revolução [mutação] da tecnologia da informação como ponto de partida por sua penetrabilidade em todas as esferas da atividade humana e afirma que devemos localizar o processo de transformação tecnológica revolucionária no contexto social em que ele ocorre e pelo qual está sendo moldado. Ele afirma que a “internet transforma o modo como nos comunicamos, nossas vidas são profundamente afetadas por essa nova tecnologia de comunicação” (CASTELLS, 2003, p. 10). O sociólogo demonstra que a internet é um novo paradigma sociotécnico e que constitui a base material da vida das pessoas, de suas relações cotidianas, de trabalho e comunicação.

Para Castells (2013, p.30) “qual seria o possível legado dos movimentos sociais em rede ainda em processo? A democracia. Uma nova forma de democracia. Uma antiga aspiração jamais concretizada da humanidade”. O próximo tópico traz pistas teóricas sobre essa antiga aspiração da humanidade e coloca em cena os Movimentos Sociais como multidão, como forma singular de ações coletivas em rede.

Multidão

A categoria conceitual multidão faz parte das novas abordagens teóricas sobre Movimento Social e está inserida na corrente histórico-estrutural (GOHN, 2012, p.28). Gohn aponta os estudos de Hardt e Negri (2014) sobre a temática da democracia em escala global e afirma que suas investigações representam um dos principais eixos de pensamento que se posiciona como de esquerda e que alimenta as práticas dos movimentos sociais.

Ao longo do tempo o conceito multidão foi empregado de formas variadas, mudando ou sendo adaptado de acordo com o pensamento dos intelectuais da época. De Maquiavel, Espinosa, Hobbes, Le Bon, Riesman ao pensamento renovado e de esquerda dos autores Hardt, Negri e Virno que passam a debater o conceito a partir de acontecimentos históricos do final do século XX e início do século XXI. Hardt e Negri, tratam sobre o movimento antiglobalização na obra *Império* (2006) e sequencialmente, escrevem *Multidão* (2014). Assim como os dois últimos autores, Virno trata da multidão com o olhar na historicidade, apontando aspectos políticos e filosóficos até chegar na aplicação do conceito na atualidade. Mais adiante, faremos uma breve contextualização da temática a partir da visão renovada desses últimos autores.

O conceito multidão debatido por David Riesman na década de 1950 tratava da nova classe média nos Estados Unidos. Sob o ponto de vista econômico, político e psicológico Riesman faz um detalhado estudo para demonstrar como esses fatores são engendrados na vida dos indivíduos, juntamente com os

processos oriundos da Revolução Industrial que trouxe significativas mudanças nas formas de vida. “A modernização parece, destarte, prosseguir com um impacto quase irreversível, e nenhuma tribo ou nação encontrou um lugar para esconder-se dela” (RIESMAN, 1995, p.43). Tais mudanças são notadas não só na sociedade americana, mas em toda parte em que há respingos desta moderna civilização.

Entre o pensamento de Riesman e o dos três últimos autores citados e das décadas que separam seus estudos, encontramos um elo em comum. Riesman (1995, p.379) afirma que os homens nascem livres e iguais e que tal assertiva pode ser considerada verdadeira e enganadora ao mesmo tempo, já que os homens nascem diferentes. O elo comum entre eles diz respeito a um traço importante da personalidade dos indivíduos, a singularidade.

Para Paolo Virno, (2013, p.60), indivíduo social é aquele que expõe a própria ontogênese, o seu próprio desenvolvimento individual com seus elementos constitutivos. Em outras palavras, sua singularidade. Um indivíduo carrega traços que são únicos e diferentes em relação ao outro, mas que ao mesmo tempo também ajuda a constitui-lo.

Ou ainda, “a multidão é uma rede de indivíduos. O termo multidão indica um conjunto de singularidades contingentes” (VIRNO, 2013, p.99). Já em Hardt e Negri (2014, p.12) a multidão é composta de “inúmeras diferenças internas [...]; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos”. Ou ainda, “na multidão, as diferenças sociais mantêm-se diferentes, a multidão é multicolorida” (HARDT; NEGRI, 2014, p.13). Em outras palavras, as diferenças sociais precisam ser evidenciadas e não vistas na uniformidade.

O ponto de partida de Hardt e Negri (2014) e também de Paolo Virno (2013), gira em torno da retomada de uma discussão filosófica e política entre os conceitos povo e multidão. Eles vão abordar a crise do conceito de povo, ligada ao conceito hobbesiano de Estado, até chegar na categoria multidão. Para Virno tal confrontação é importante por acreditar que a multidão re-emerge, enquanto categoria mais adequada para traçar uma gramática das inquietudes do homem pós-moderno. Segundo Virno (2013, p.97),

As formas de vida contemporâneas testemunham a dissolução do conceito de “povo” e da renovada pertinência do conceito de ‘multidão’. Estrelas fixas do grande debate do século XVII, e encontrando-se na origem de uma boa parte do nosso léxico ético-político, esses dois conceitos situam-se nas antípodas um do outro. O ‘povo’ é de natureza centrípeta, converge numa vontade geral, é a interface ou reflexo do Estado; a ‘multidão’ é plural, foge da unidade política, não firma pactos com o soberano, não porque não lhe relegate direitos, mas porque é reativa à obediência, porque tem inclinação para certas formas de democracia não-representativa.

Porém, não encerram a discussão nessa dicotomia. Virno inclui no debate a força de trabalho, e o sentido que atribui a este termo é da potência de produzir. Quando faz tal abordagem está se referindo “a toda classe de faculdade: competência linguística, memória, mobilidade, etc.” E só hoje a noção de força de trabalho não é redutível, segundo Virno como na época de Gramsci, a um conjunto de qualidades

físicas, mecânicas, mas inclui em si, a ‘vida da mente’ (VIRNO, 2013, p.61-62). Já Hardt e Negri tratam a questão do trabalho na vertente da produção imaterial, mais adiante trataremos das duas perspectivas convergentes.

Para Hardt e Negri (2014, p.12-15) numa primeira abordagem é fundamental distinguir a multidão em termos conceituais, de outras noções de sujeitos sociais, como a de povo, como já apontamos, massas e classe operária. Afirmam também que duas características da multidão se tornam importantes para a contribuição com a possibilidade atual de democracia. São elas: a produção do comum e a organização política amalgamada com o econômico, social e cultural. Contudo, para aprofundar às análises sobre o projeto da multidão e as possibilidades de democracia, os autores travam uma discussão acerca do atual estado de guerra e conflito global, iniciada com a análise crítica formulada em *Império* (HARDT; NEGRI, 2006), já mencionado, escrito entre as guerras do Golfo (1991) e Kosovo (1998).

Certamente não vivemos em uma democracia, como comentam os autores, vivemos mesmo é no Império, num constante estado de guerra (guerra civil, mundial), que regula as relações políticas e que investe diretamente na vida social. Sem conflitos políticos não temos guerra e alcançamos a democracia. A fórmula parece ser simples, porém é complexa e cheia de contradições. No atual estado de guerra a sua manutenção é tão importante quanto a razão de existir do Império. As ações dos Movimentos Sociais são uma resposta às tais práticas coercitivas de vida.

Apresentamos algumas características que nos ajudam a compor a abordagem sobre o conceito de multidão. A primeira característica diz respeito ao próprio trabalho que por meio das “transformações da economia, tende a criar redes de cooperação e comunicação e a funcionar dentro delas. Todo aquele que trabalha com a informação ou o conhecimento – dos agricultores [...] aos criadores de *software*” (HARDT; NEGRI, 2014, p.14). Incluindo, segundo eles, todas as formas de trabalho que criam projetos imateriais, como ideias, imagens, afetos e relações. Conformando então, a produção biopolítica, pois envolve e afeta todos os aspectos da vida social.

A segunda característica diz respeito as novas configurações em termos de organização, que a sua vez, estão mais democráticas, e vai das “formas centralizadas de comando ou ditadura revolucionária para organizações em rede que deslocam a autoridade para relações colaborativas” (HARDT; NEGRI, 2014, p.15). Além disso, o desejo pela democracia circula do nível local ao global, mas sabendo que só desejar e reivindicar não garante sua concretização, já é um grande passo. Pois, conforme sustentam não devemos subestimar o poder que essas demandas - queixas e resistências manifestadas contra a atual ordem global - podem ter.

De forma sumária, Virno propõe três aproximações para pontuar as determinações concretas da multidão contemporânea. Tais aproximação são nomeadas de jornadas. Na primeira jornada se aproxima ao modo de ser dos “muitos”, desde a dialética temor-proteção de Kant. Ele utilizou palavras-chaves de

Hobbes, Kant, Heidegger, Aristóteles com os *topoi Koinoi*, isto é, os lugares comuns, Marx, Freud (VIRNO, 2013, p.55).

Na segunda jornada, o reconhecimento da multidão contemporânea foi procurado discutindo a justaposição de *poiesis e praxis*, Trabalho e Ação política. Os predicados utilizados em relação a isso, foram encontrados em Hannah Arendt, Glenn Gould, o novelista Luciano Bianciardi, Saussure, Guy Debord, Marx, Hirschman etc. Na terceira jornada o autor examina outro grupo de conceitos, desde uma perspectiva diferente sobre a multidão, que segundo ele, está constituída pela forma da subjetividade.

Os predicados atribuíveis ao sujeito gramatical multidão são: a) O princípio de individuação, isto é, a antiga questão filosófica que trata sobre que coisa faz singular a uma singularidade, individual a um indivíduo; b) a noção foucaultiana de ‘biopolítica’; c) a tonalidade emotiva ou *stimmungen*, que qualifica hoje a forma de vida dos muitos: oportunismo e cinismo (atenção: por tonalidade emotiva não entendo um traço psicológico passageiro, mas uma relação característica com seu próprio estar no mundo); d) e por fim, dois fenômenos que, também analisados por Agostinho e Pascal, ascenderam à dignidade de termos filosóficos em Ser e Tempo de Heidegger: a tagarelice [gerede] e a curiosidade (VIRNO, 2013, p. 55-56).

Dos predicados da multidão apontados por Virno é a noção foucaultiana de biopolítica que mais nos interessa no momento. Tal noção está dissecada nas análises de Hardt e Negri (2014, p.135), segundo eles é a forma dominante de produção contemporânea que exerce sua hegemonia sobre as demais e também: cria bens imateriais como ideias, conhecimento, formas de comunicação e relações. Nesse trabalho imaterial, a produção ultrapassa os limites da economia tradicionalmente entendida para investir diretamente a cultura, a sociedade e a política. O que é produzido, nesse caso, não são apenas bens materiais, mas relações sociais e formas de vida concretas (HARDT; NEGRI, 2014, p.134-135). É esse tipo de produção, a partir de uma análise foucaultiana que os autores chamam de biopolítico.

Hardt e Negri (2014) quando introduzem o conceito biopolítico também querem dizer que o entendimento que tem do trabalho não se limita ao trabalho assalariado, mas refere-se às capacidades criativas humanas de forma geral. E a nova forma hegemônica que apontamos anteriormente pode ser entendida como trabalho biopolítico.

É interessante que na visão dos autores o adjetivo biopolítico indica que as distinções tradicionais entre o econômico, o político, o social e o cultural já não são tão evidentes. Igualmente, a biopolítica apresenta uma série de complexidades conceituais que precisam ser estudadas e aprofundadas. Como, por exemplo, entender a interconexão que os autores fazem ao situar a imaterialidade no plano da biopolítica à posição hegemônica. Nesse aspecto, Hardt e Negri (2014, p.156) apontam que a principal característica do trabalho imaterial é produzir comunicação, relações sociais e cooperação. Neste ponto de vista, movimentos sociais em curso, investidos e teorizados aqui a partir da multidão investem seu trabalho imaterial - capacidades criativas – nessa produção.

No entanto, Virno (2013, p.62) explica que as características paradoxais da força de trabalho, que pode ser vendida e comprada como qualquer outra mercadoria são os pontos de partida da biopolítica. Ao

afirmar que para o capital a vida do trabalhador e seu corpo só interessam pelo substrato da única coisa que importa, a força de trabalho como atributo das variadas faculdades humanas: a potência de falar, pensar, atuar etc. A vida, dessa forma é investida de imaterialidade, pois o que importa ao sistema na verdade, é a imaterial força de trabalho.

Breves considerações

O texto aqui apresentado é um recorte da pesquisa teórica do doutorado que está em desenvolvimento. Logo, após ter discutido de forma geral a respeito da constituição dos Movimentos Sociais e das redes de autocomunicação que se formam - uns, enquanto agentes propulsores de mudança na sociedade, outros, como fermentadores de ações que, se não buscam a mudança estrutural societária, buscam localmente transformar suas demandas em ações concretas - podemos continuar a empreitada de refletir sobre às práticas dos Movimentos Sociais, especialmente, os brasileiros. Então, a partir das práticas refutar a teoria empregada ou continuar estudando os movimentos na perspectiva da multidão.

Por hora, os resultados que obtivemos na pesquisa teórica é que independente dos objetivos que perseguem, eles, os Movimentos Sociais, formam uma multidão. Dessa forma, contribuem para a produção biopolítica na sociedade quando investem seu trabalho na perspectiva da imaterialidade, ou seja, a sua força criativa e criadora para produzir comunicação, relações sociais e cooperação. Logo, tendo em vista um projeto de democracia, formando novas redes de poder no espaço híbrido da internet.

Referências

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos Sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 22^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GARRETÓN, Antonio. **Sociedade civil, cidadanía y movimientos Sociales: Discursos y Estrategias y discursos em América Latina**. In: XVI Congresso da Associação Internacional de Sociologia, Durban, África, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 4^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 166p.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 5^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 189p.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 157p.

HARDT, Michael; Negri, Antonio. **Império.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HARDT, Michael; Negri, Antonio. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, Monumentos, Mídia.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004, 116p.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011, 384p.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, 342p.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009, 191p.

RIESMAN, David. **A multidão solitária: Um estudo do caráter americano.** 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995. 390p.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VIRNO, Paolo. **Gramática da multidão: Para uma análise das formas de vida contemporâneas.** São Paulo: Annablume, 2013. 110p.